

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 - 13083-857 - Campinas - SP

www.eco.unicamp.br

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

**CADERNOS DO CESIT**

(Texto para discussão n. 2)

**NOTAS SOBRE A TERCEIRA REVOLUÇÃO  
INDUSTRIAL, CRISE E TRABALHO NO  
BRASIL<sup>1</sup>**

Jorge Eduardo Mattoso<sup>2</sup>

Campinas, julho de 1990

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Seminário "Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho", patrocinado pela ABET - Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, realizado na USP - Universidade de São Paulo, SP., abril de 1991.

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e Diretor-Adjunto do CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do IE/ UNICAMP.

# NOTAS SOBRE A TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, CRISE E TRABALHO NO BRASIL

Jorge Eduardo Mattoso

## 1. INTRODUÇÃO

Há mais de uma década estamos envolvidos em uma profunda crise. Suas raízes estão, por um lado, nas mudanças econômicas e sociais verificadas no mundo contemporâneo. Por outro lado, radicam-se nas formas subordinadas e defensivas que as políticas do governo brasileiro - entre as quais a política industrial - vem "enfrentando" o esgotamento do processo de substituição de importações, a restauração das condições de funcionamento do Estado, a redefinição do padrão de financiamento doméstico e internacional da economia e as necessárias transformações da estrutura produtiva e do desenvolvimento econômico e social excludentes.

Não será o abandono da indústria à nova e acirrada competição internacional, rifando quaisquer formas de planejamento democrático de médio e longo prazo em nome de uma caricata modernidade, e a adoção de políticas passivas de adaptação às profundas transformações ocorridas no mundo contemporâneo que assegurarão à indústria brasileira um novo lugar ao sol. Tampouco serão medidas autoritárias, unilaterais e voluntaristas, resultado de elocubrações de meia dúzia de economistas descolados das forças econômicas, sociais e políticas, que romperão com a apatia e virtual obsolescência de nosso parque industrial e que criarão um novo padrão de desenvolvimento.

É possível e necessário outro caminho, que aponte os rumos de uma industrialização que envolva governo, empresários e trabalhadores em um marco negociado de um projeto nacional capaz de enfrentar o conjunto multifacético da crise brasileira. No entanto, as dificuldades para sua constituição em um país como o Brasil, com uma débil estruturação democrática da sociedade, com um Estado privatizado e cada vez mais incapacitado ou destituído de suas funções, e nas atuais condições de estagnação e crise são notórias. Não sem razão ainda se permanece discutindo conjunturas, como se as questões estruturais só

merecessem atenção após a superação da crise. Não sem razão ainda verifica-se significativa ausência não apenas de políticas de governo mas também de debates, seminários ou publicações onde a questão do trabalho - quando presente - não seja incorporada apenas como variável de ajuste.

Estas notas visam discutir alguns problemas estruturais que se interpõe ao caminho da necessária reestruturação industrial com equidade e apontar alguns desafios que se colocam neste contexto para o trabalho e para as relações capital-trabalho no Brasil.

## **2. A TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O TRABALHO**

A profunda alteração do padrão de industrialização consolidado no pós-guerra nas nações capitalistas avançadas vem sendo chamada de Terceira Revolução Industrial. Esta revolução no padrão de industrialização tem sua principal característica na nova base técnica resultante do desenvolvimento de novas tecnologias: microeletrônica, informática, telecomunicação, automação, novos materiais, energias renováveis, etc. O paradigma taylorista e fordista é colocado em xeque pela consolidação de um novo complexo industrial mecatrônico e por um sistema de produção que depende cada vez mais de sua capacidade de inovação, ou seja, da busca sem fim de novos e melhores produtos e de melhorias no processo de produção de maneira a assegurar uma maior flexibilidade e elevação da produtividade. A isto se acoplariam novos modelos de relações industriais capazes de fazer frente às novas condições da economia mundial nos anos 90<sup>3</sup>.

A indústria passa a produzir - como a agricultura anteriormente - com cada vez maiores níveis de produtividade empregando cada vez menores contingentes de trabalhadores. Agora, no entanto, as transformações da Terceira Revolução Industrial alteram o âmago do processo produtivo e o trabalho direta e indiretamente envolvido na produção, acentuando as características do sistema de exclusão econômica e social. Estas alterações vão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do

---

<sup>3</sup> Boyer, R., "New Directions in Management and Work Organization - General Principles and National Trajectories", texto apresentado à Conferência da OCDE sobre *Technical Change as a Social Process: Society, Enterprises and Individual*, Helsinki, Dezembro de 1989 (Mimeo).

processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade baseada no trabalho. Embora os serviços sejam responsáveis pela geração do maior número de empregos, estes também são modificados em profundidade e muitos dependem diretamente de seus laços com a indústria, que continua sendo o centro dinâmico da economia.

Embora diferenciadamente e com variada intensidade, muitas e significativas alterações afetaram o mundo do trabalho nos países desenvolvidos. Entre elas, cabe ressaltar:

A) o declínio relativo de alguns setores produtivos (siderúrgicos, têxteis, etc.), a reconversão de outros (automobilístico, máquinas e equipamentos, etc.) a partir da introdução de novas tecnologias e processos de trabalho, e a expansão de novos setores (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, etc.) levaram à ampliação da migração e ao desemprego estrutural na maioria dos países capitalistas avançados. Em vários países o desemprego atual alcança taxas duas vezes maiores que nos primeiros anos da década de 70, caracterizando uma situação de exclusão que atinge, sobretudo, os jovens à procura do primeiro emprego, os idosos de baixa qualificação e os trabalhadores imigrantes;<sup>4</sup>

B) a utilização cada vez maior da automação microeletrônica, da robótica e de novos fluxos organizacionais - dos locais de trabalho às redes horizontais e verticais que abrangem mais de uma região do globo - estão conduzindo a uma fragmentação e dispersão da mão-de-obra, ao fortalecimento de empresas mais especializadas e modulares, à expansão do trabalho "part-time" e à reintrodução do trabalho noturno e de fim-de-semana, que começam a abalar os laços de solidariedade e sociabilidade e o grau de homogeneidade da classe trabalhadora constituídos anteriormente;

C) a crescente automação tem gerado uma nova divisão do trabalho e um novo segmento de trabalhadores que, ao contrário dos trabalhadores especializados/parcelizados/desqualificados da produção fordista, são mobilizados para um

---

<sup>4</sup> OCDE - *Perspectives de l'emploi*, OCDE - Organisation de Coopération et de Développement Économiques, Paris, France, 1983, 1985 e 1987; e Zarifian, P. e Palloix, C., *La Société, Post-Économique*, Editions l'Harmattan, Paris, 1988.

ajuste permanente das quantidades/qualidades e para a manutenção dos equipamentos de maneira a que os melhoramentos gerados sejam sistematicamente incorporados à produção. Tratar-se-ia de uma nova forma de trabalho "artesanal" ou de "cooperação proudhoniana".<sup>5</sup> Contudo, esse novo segmento de trabalhadores, que valoriza, antes de tudo, o seu saber técnico individual, é numericamente reduzido, contrastando com a existência de uma grande massa de trabalhadores precários, sem proteção social, sujeita ao mercado informal ou ao desemprego;<sup>6</sup>

D) a desorganização e sobreposição de formas produtivas heterogêneas tem levado à proliferação de micros e pequenas empresas que, na sua maioria, fazem parte de uma "economia informal". As grandes e modernas empresas, por um lado, tendem a reforçar a "precarização" de parcelas da força de trabalho quando preferem subcontratar parte de sua mão-de-obra destas pequenas empresas. Por outro lado, fortalecem a existência de mercados de trabalho "internos" e "externos" às firmas, os primeiros supostamente mais eficientes para o enfrentamento das adaptações - cada vez mais requeridas - de qualidade da mão-de-obra de uma empresa e os segundos para o enfrentamento das mudanças de curto prazo da estrutura das quantidades de mão-de-obra demandadas pelas empresas;<sup>7</sup>

E) surgem novas exigências de melhor qualificação do trabalho através da educação geral e formal, aliada ao aprendizado prático, treinamento multidisciplinar/polivalente e reciclagem profissional permanentes.

F) a presença operária no movimento sindical perde peso relativo devido não só ao processo de reestruturação industrial, como também à expansão do setor serviços (responsável por 2/3 dos novos postos de trabalho) e à migração setorial de trabalhadores.

---

<sup>5</sup> A este respeito ver Boyer, R., op. cit. e Piore, M. J. e Sabel, C. F., *The Second Industrial Divide*, Basic Books Inc., Publishers, New York, 1984.

<sup>6</sup> Segundo Wolfgang Lecher do WSI (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) da Central Sindical Alemã (DGB) nos próximos dez anos a PEA seria segmentada em: a) 25% de trabalhadores permanentes, qualificados e protegidos pelas convenções coletivas nas grandes empresas; b) 25% de trabalhadores periféricos nas empresas de sub-contratação e serviços, ocupariam empregos precários, pouco qualificados, mal pagos e em horários definidos pelo empregador e pelas flutuações do mercado e c) 50% de trabalhadores marginais, desempregados ou semi-desempregados, fazendo trabalhos ocasionais ou sazonais, os chamados "bicos". Ao final da década de 80, 51% dos franceses com idade de 18 a 24 anos já encontrar-se-iam neste último caso. Citado por Gorz, A., *Métamorphoses du travail - Quête du sens*, Galilée, Paris, France, 1988.

<sup>7</sup> Ver Marsden, D., "Collective bargaining and industrial adjustment in Britain, France, Italy and West Germany", in Duchêne, F. e Shepherd, G. (Editors), *Managing Industrial Change in Western Europe*, Frances Pinter (Publishers) Limited, London, 1987 e Piore, M.J., "Economic fluctuation, job security, and labor market duality in Italy, France and the United States", in *Politics and Society*, Vol. 9, No. 4, 1980.

G) o movimento tendencial da negociação e da regulação do trabalho em direção à formas mais individualistas e promocionais em contraposição às anteriores tendências coletivas e de proteção tem acentuado a fragmentação do trabalho (observada no ponto B).<sup>8</sup>

H) essas mudanças, no seu conjunto, podem ser acompanhadas pela concentração da renda e ampliação das desigualdades,<sup>9</sup> pela redução dos gastos sociais ou das próprias funções sociais do Estado e pelo surgimento no meio sindical de um neocorporativismo que favoreceria - ainda mais - tanto o declínio nas taxas de sindicalização<sup>10</sup> e a perda de importância dos sindicatos na vida dos trabalhadores e da sociedade, quanto o fortalecimento do processo de exclusão econômica e social.<sup>11</sup>

Estes elementos podem ser encontrados em maior ou menor grau nos países capitalistas desenvolvidos, já que dizem respeito à nova dinâmica do sistema. Entretanto, em cada país seu impacto social foi distinto, sobretudo devido aos mecanismos sociais encontrados por cada nação para fazer face àquelas transformações.

Apesar de inexistirem alternativas consolidadas em forças sociais capazes de constituir - atualmente - uma nova hegemonia nessas sociedades<sup>12</sup>, diferentes formas de enfrentamento parcial do processo de reestruturação industrial coexistem no mundo. Diferentes autores coincidem no seu agrupamento em duas opções principais.<sup>13</sup>

---

<sup>8</sup> A este respeito ver o excelente trabalho de Standing, G. *Labour Regulation and Social Policy in an era of Fragmented Flexibility*, Background paper for the Seminar in the European University Institute, Dezembro de 1990 (Mimeo).

<sup>9</sup> Para se ter uma idéia da dimensão deste processo vejamos apenas dois exemplos. Nos EUA, os salários reais médios dos trabalhadores industriais no final dos oitenta estavam abaixo do nível de 1973 e a porcentagem da renda nacional recebida pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres tornou-se mais desigual que em 1950. In *A call for Action*, Communique of leaders attending the Peoples Summit, Houston, Texas, EUA, 8 de julho de 1990. Na Inglaterra a desigualdade da renda em 1989 era maior que em 1889 (sic!), primeiro ano em foi realizada pesquisa confiável sobre os rendimentos naquele país. In Standing, G., op. cit.

<sup>10</sup> Na França, por exemplo, o nível médio de sindicalização é hoje de apenas cerca de 10%.

<sup>11</sup> O conjunto dessas transformações abalaram o poder de representação e expressão política dos sindicatos nos países avançados. Frente a isso, o movimento sindical vem tratando de incorporar os chamados novos temas (automação, mulheres, meio ambiente, jornada de trabalho e tempo livre, etc.) e de formular uma política abrangente capaz de considerar a crescente flexibilização da produção, heterogeneidade do mercado de trabalho e a incorporação do conjunto dos "trabalhadores" - incluindo aí os novos setores emergentes e - sobretudo - os novos setores excluídos.

<sup>12</sup> A constituição dessa nova força social extrapola a classe operária e seu projeto não pode ser deduzido linearmente do trabalho. A contradição entre trabalho e capital permaneceria, mas assumiriam cada vez maior relevância outras contradições situadas além do local de trabalho e do processo de valorização. Ver Gorz, A., "Eine neue Definition des Sozialismus" in *Die Neue Gesellschaft - Frankfurter Hefte*, Herausgegeben für die Friederich Ebert Stiftung, Bonn, junho de 1990 e os artigos de Schaff, A. e de Tezanos, J. F., in *El Socialismo del Futuro*, vol.1 No.1, Fundación Sistema, Madrid, 1990.

<sup>13</sup> Leborgne, D., "Points de Repère pour une Prospective Europeene", trabalho apresentado no Seminário Internacional "Novas Tendências da Economia e do Sindicalismo", CESIT/IE/UNICAMP, Campinas, Abril de 1990, (mimeo); Leborgne, D. e Lipietz, A., "Deux stratégies sociales dans la production des nouveaux espaces économiques", *Couverture*

Por um lado, políticas de tipo *defensivas* ou *ultraliberais*, de objetivos de curto prazo de "adaptação às exigências da competição e às novas tecnologias", que "proclamam o imperativo da modernização", "consideram arcaicas a defesa das conquistas sociais", "negam a diferença de interesses entre o capital e o trabalho" e valorizam os acordos individuais ou em nível de empresa ou estabelecimento. Neste caso se encontrariam grosso modo a Inglaterra, os EUA e a França. Por outro lado, as políticas de tipo *ofensivas* ou *reguladas*, que visam articular no médio e longo prazo os interesses coletivos de uma parcela significativa da sociedade, praticando a modernização e discutindo seus efeitos sociais através da negociação e que objetivam a formação/manutenção de um bloco social produtivo.<sup>14</sup> Neste caso, países de "capitalismo organizado e regulado" - como, sobretudo, os países nórdicos, a Alemanha e o Japão, mas também a Itália - teriam obtido maior sucesso na reestruturação industrial dada a manutenção das estreitas relações entre o Estado (que mantém sua intervenção na regulação e na política industrial), os bancos públicos e privados, a grande empresa industrial e os sindicatos, permitindo assim o desenvolvimento de estratégias de reestruturação mais ou menos ordenadas e/ou consensuais.<sup>15</sup>

Ao final de cerca de uma década de transformações na esfera tecnológica, produtiva e do trabalho alterou-se também a divisão internacional do trabalho, como corolário do esforço bem sucedido de reestruturação industrial de vários países europeus e asiáticos, sobretudo Alemanha e Japão, que passam a liderar importantes áreas do globo estruturadas em blocos que concentram cada vez maiores porções dos fluxos financeiros e comerciais.

A bipolaridade constituída no pós-guerra também é colocada em xeque. As dificuldades crescentes dos países "socialistas" em enfrentar a questão democrática e incorporar as novas mudanças produtivas e tecnológicas aceleram a desintegração do bloco até então capitaneado pela União Soviética. Os EUA buscam manter sua hegemonia econômica, diplomática e militar através da constituição de bloco econômico com o Canadá e o México, de uma renovada pressão sobre a ONU e demais organismos internacionais (FMI, BID, BIRD, etc.), recuperação do papel de *gendarme* e controle de novas atividades

---

Orange 8911, CEPREMAP, Paris, 1989 e Tavares, M.C., "Reestructuración Industrial y Políticas de Ajuste Macroeconomico en los Centros - La Modernización Conservadora -", trabalho escrito para a ONU - Organização das Nações Unidas, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, Junho de 1990, (mimeo).

<sup>14</sup> A este respeito ver Leborgne, D., op. cit.

<sup>15</sup> A este respeito ver o trabalho de Tavares, M.C., op. cit.

bélicas visando a consolidação de uma Pax Americana, e através do patrocínio da universalização (sobretudo para os outros, é claro!) de políticas ultra-liberais de ajuste automático do balanço de pagamentos e de desregulação.

Em contrapartida, ampliou-se a marginalização de amplas áreas do globo com o virtual colapso das economias periféricas e o aprofundamento da crise da dívida externa enfrentada - sobretudo - pelos países da América Latina. Os resultados de mais de uma década de estagnação dos países periféricos foram: o aumento da miséria e degradação das condições de vida e de trabalho,<sup>16</sup> o seu distanciamento crescente dos países capitalistas centrais, a nível tecnológico e produtivo, e sua marginalização dos centros financeiros, comerciais e de poder internacionais.

### **3. CRISE PERSISTENTE E TRABALHO NO BRASIL**

A reversão do ciclo expansivo a partir de 1974 já indicava os limites do modelo baseado na produção de bens de consumo duráveis com concentração da renda. A partir do início da década de 80 a economia brasileira - cada vez mais internacionalizada e com sua dinâmica limitada pela exclusão e concentração da renda - também vai "perder" a trajetória de crescimento acentuado e de expansão do PIB per capita obtidas desde o pós-guerra.

A gestão passiva e conservadora ao longo dos anos 80 foi solidária com os grandes credores internacionais e sua lógica financeira e evitou quaisquer mudanças estruturais. O objetivo primeiro foi pagar a dívida externa seguindo o receituário conservador: promovendo ajustes recessivos, acentuando a "competitividade espúria"<sup>17</sup> de nossas exportações com a ampliação de subsídios, dificultando ainda mais as importações, elevando juros para assegurar a rolagem da dívida interna, favorecendo - assim - a

---

<sup>16</sup> Em 1990 o número de pessoas vivendo abaixo do limite de pobreza na América Latina alcançou 204 milhões, ou seja, 40% da população e 44% da força de trabalho estava desempregada ou subempregada. Os níveis de degradação das condições de vida e trabalho podem ser conferidos no relatório "Nossa Própria Agenda", Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, PNUD/BID, 1991.

<sup>17</sup> Segundo Fajnzylber, F., *Competitividad internacional: objetivo de consenso, tarea ardua*, Santiago de Chile, 1988 (Mimeo).



estagnação tecnológica e condenando a estrutura industrial à virtual obsolescência em que hoje se encontra. Os seguidos planos de estabilização - ortodoxos ou heterodoxos, mas sempre unilaterais e voluntaristas, desprovidos de um projeto negociado de um novo padrão de desenvolvimento - não conseguiram impedir a persistência da inflação e a expansão das incertezas.

O governo Collor assume com o compromisso de eliminar a inflação e abrir uma nova era de estabilidade e crescimento. No entanto, a subordinação ao paradigma liberal e as características voluntaristas e anti-negociais fizeram com que os novos planos de estabilização<sup>18</sup> apenas adiassem a explosão de preços sem articular com a sociedade os parâmetros de um novo padrão de crescimento, indispensável à uma estabilização duradoura.

A crise dos anos 80 e que se prolonga até hoje é uma crise de esgotamento de um padrão de desenvolvimento excludente e incapaz de dar conta da incorporação à Terceira Revolução Industrial. Isto significa que para a retomada do crescimento e da industrialização torna-se necessário reordenar-se os parâmetros de produção, acumulação e consumo, restaurando-se as condições de funcionamento do Estado, redefinindo-se o padrão de financiamento doméstico e internacional da economia, modificando-se as normas de incorporação do progresso técnico e as formas de inserção internacional do país, iniciando-se um processo de desconcentração da renda e reorientando o conjunto das relações de trabalho.

Algumas destas relações no plano da política industrial já vem sendo estudadas.<sup>19</sup> A análise à seguir irá privilegiar os aspectos relativos ao mundo do trabalho.

---

<sup>18</sup> Para um balanço do Plano Collor I ver Sampaio Jr, P. A., *Balanço e Lições de 1990 - Um ano perdido com ilusões e sofrimento*, Fórum Nacional, BNDES, 1991 (Mimeo).

<sup>19</sup> Como vários artigos em Reis Velloso, J.P. (coordenador), *A Nova Estratégia Industrial e tecnológica: o Brasil e o Mundo da III Revolução Industrial*, José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1990, e os trabalhos de Erber, F. S., *A Política Industrial - Paradigmas Teóricos e Modernidade*, RJ, 1990 (Versão Preliminar - Mimeo) e "A política industrial do governo: a teoria para entender a prática", in *Ciência Hoje*, Vol.11, No. 66, 1990, de Suzigan, W., *Condicionantes e princípios básicos de uma estratégia industrial brasileira para a década de 90*, UNICAMP, Campinas, 1989 (Mimeo) e *Reestruturação Industrial e Competitividade Internacional*, Fundação SEADE, SP, 1989 ou de Cano, W., *Uma alternativa não neoliberal para a economia na década de 1990*, Convênio IPT/FECAMP, Campinas, maio de 1990 (Mimeo).

Neste campo, como em outros, o Brasil tem que enfrentar, praticamente ao mesmo tempo, problemas presentes resultantes do seu passado histórico e problemas do futuro. Como problemas resultantes do passado podem ser identificados, entre outros: a exclusão social e a concentração da renda e da propriedade urbana e rural, a demanda ainda elevada de postos de trabalho - 25 milhões nesta década e na próxima - apesar da transição demográfica e da redução das taxas de fecundidade e natalidade, a heterogeneidade do mercado de trabalho e a persistência de elevados níveis de subemprego e de baixos salários, a legislação trabalhista que ainda permanece de cunho corporativo, ausência de contrato coletivo de trabalho (e, portanto, de livre negociação de jornada de trabalho, política industrial, tecnologia e produtividade, qualificação profissional e emprego, demissões e seguro-desemprego, etc.), sindicatos relativamente pouco organizados no interior da fábrica e com propostas basicamente reativas, centrais sindicais combativas mas recentes e com poucas oportunidades de negociação<sup>20</sup> e um empresariado acostumado a não dividir poder e resistente à negociação direta, seja a que nível for (da empresa, do setor ou nacional).

Como problemas do futuro estão todas as conseqüências da Terceira Revolução Industrial e cujas repercussões no mundo do trabalho dos países centrais, mesmo naqueles que rejeitaram o ajuste passivo, já vimos anteriormente (flexibilização de máquinas, equipamentos e organização industrial, desemprego estrutural, expansão de mercados de trabalho duais, fragmentação e dispersão da mão-de-obra, expansão de postos de trabalho precários, novas exigências de qualificação de parcela da mão-de-obra através da educação, treinamento e reciclagem permanentes, etc.)

Imaginemos agora *grosso modo* três diferentes cenários alternativos e como se resolveriam - ou não - estes problemas. O primeiro cenário é o da estagnação e de fortalecimento dos setores rentistas, vinculados à especulação e ao setor financeiro internacional. Seria a manutenção do padrão de desenvolvimento anterior, com insignificantes alterações nas normas de produção, acumulação e consumo, preservação das deficiências estruturais resultantes da fase de substituição de importações e deterioração das

---

<sup>20</sup> Para uma análise do desenvolvimento recente do sindicalismo brasileiro e de seus desafios ver Mattoso, J.E. e Oliveira, M. A., "Le Tournant des années 90", *Revue M*, No. 42, Paris, Dezembro de 1990 ou, em outra versão, "Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Desafios do Sindicalismo Brasileiro", a ser publicada in *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, Vol. 4, No. 3, SP.

condições gerais de vida e trabalho existentes. Este cenário seria uma trágica reprodução da década de 80, onde o Brasil se manteria afastado das transformações da Terceira Revolução Industrial e marginalizado dos principais fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos. Nesta hipótese seriam mantidas as principais características das atuais relações capital/trabalho e se agravariam as condições de fragmentação social.

O segundo cenário é o passivo e subordinado, semelhante àquele propugnado pelos EUA e adotado por alguns países como a Inglaterra thatcheriana. Defendido pelas autoridades econômicas do governo Collor e orientado pelo paradigma liberal, identifica as bases da crise nos obstáculos interpostos pelo Estado, Sindicatos e Oligopólios ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado e no tratamento diferenciado dados aos capitais de origem nacional e estrangeira. Suas palavras-de-ordem são a liberalização, privatização e desregulação. Em sua versão *pessimista* este cenário desembocaria no primeiro, já que suas políticas se chocariam com a realidade das atuais tendências da acentuada concorrência internacional e do desenvolvimento excludente e heterogêneo do país. Em sua versão *otimista* este cenário se deslocaria em direção à "via chilena", ou seja, uma via onde a deterioração das condições sociais e o renascer do autoritarismo se daria *pari passu* com o desmantelamento de setores produtivos internos e com a transformação de parcela significativa dos fabricantes em comerciantes. Nesta hipótese seria possível o surgimento de algumas "ilhas de excelência e produtividade" em meio ao sucateamento industrial e ao agravamento das desigualdades sociais e regionais. A sociedade brasileira se veria, então, não somente frente aos problemas do atraso mas também frente aos problemas de uma nova "modernidade selvagem", ampliadamente heterogênea e excludente. Este cenário é compatível com alguma negociação de parcelas atrasadas e corporativas do movimento sindical com setores industriais incorporados às "ilhas de excelência e produtividade", através de eventuais acordos coletivos localizados e por empresa.

O terceiro cenário é o ativo/negociado, que visaria enfrentar as extraordinárias dificuldades do presente para resolver as conseqüências do passado de atraso e do futuro de "modernidade". Trata-se da negociação de um verdadeiro projeto nacional, objetivando articular a formação de um bloco social "produtivo" capaz de enfrentar os desafios da Terceira Revolução Industrial e a gestação de um novo padrão de desenvolvimento. Neste

cenário os desafios do presente são consideráveis e o trabalho - assim como as relações capital/trabalho - deverão passar por uma verdadeira revolução.

#### **4. DESAFIOS À TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITAL/TRABALHO**

Além das condições impostas pela III Revolução Industrial, a trajetória recente da economia, Estado e sociedade brasileiras indicam dificuldades significativas para a consolidação deste terceiro cenário. Sem dúvida, o esgotamento do processo de substituição de importações e do padrão de financiamento doméstico e internacional da economia, as condições de funcionamento de um Estado cartorial e privatizado, e o incipiente processo de democratização de uma sociedade heterogênea e de fortes traços corporativos e autoritários são obstáculos maiores.

Quando vemos as dificuldades brasileiras este terceiro cenário parece utópico e seus obstáculos intransponíveis. No entanto, pode ser aceitável a sociedade gerada nas hipóteses anteriores, com tudo que ela representa de exclusão social e de riscos de retrocesso democrático e fortalecimento do corporativismo e do autoritarismo? E os problemas do futuro, duramente enfrentados por sociedades sem os nossos problemas estruturais não merecem ser encarados de frente?

O enfrentamento destas questões do presente tendo em vista a superação das condições de atraso do passado e os efeitos de exclusão do futuro é o grande desafio deste cenário. Em outras palavras, trata-se de assegurar a reestruturação industrial e a incorporação do Brasil à III Revolução Industrial com democracia e equidade.

No entanto, a solução deste grande desafio, nas condições do Brasil e do mundo de hoje, não estará na *exclusividade* de algum dos modelos ou tendências hoje existentes. Ressalte-se que o "fordismo", que assegurou a trajetória de crescimento com distribuição de renda dos países avançados no pós-guerra, encontra-se limitado e/ou questionado pelas transformações da III Revolução Industrial. Por sua vez, as novas tendências que diferentes autores vêem perfilar-se a partir de "políticas ofensivas" nos países mais avançados

("especialização flexível", "toyotismo" japonês ou modelo sueco/"kalmariano")<sup>21</sup> são desenvolvidas a partir da superação do paradigma fordista e em determinadas condições sociais. No Brasil, a versão perversa do fordismo assegurou a manutenção de extensa heterogeneidade, ampla "flexibilidade" de emprego e salários e uma sociedade permeada pelo corporativismo e autoritarismo. Nestas condições, estas tendências ou modelos poderiam desenvolver-se em algumas "ilhas" mas dificilmente estender-se ao conjunto do país, possibilitando, assim, a ampliação da própria heterogeneidade e o acréscimo das desigualdades regionais e sociais.

Não se trata, portanto, de se buscar um compromisso social do tipo "fordista", "toyotista" ou "kalmariano". Neste cenário se constituiria um novo e distinto compromisso social, que permitisse articular - ainda que lentamente - as forças sociais capazes de "sacudir a poeira" e, no futuro, "dar a volta por cima". Este compromisso social permitiria, por um lado, a coexistência de diferentes formas de relações capital/trabalho em um novo *hibridismo*, muito distinto, no entanto, daquele que caracterizou o "nosso" fordismo perverso e excludente. Nestas condições e no marco de fortalecimento de uma nova solidariedade, teríamos tanto novas formas de organização do trabalho e do trabalho economicamente livre coexistindo com elementos do Taylorismo, quanto flexibilidade de máquinas, equipamentos e organização do trabalho coexistindo com rigidezes do fordismo (economias de escala, contratos coletivos centralizados, etc.).

Por outro, dado que a economia acentua a redução da incorporação do trabalho vivo e do direito a um trabalho economicamente útil e remunerado, este compromisso permitiria sua evolução futura na direção da formação de uma nova hegemonia, que incorpore também novos atores sociais, ações/relações não econômicas e uma nova divisão do produto social. Somente esta nova divisão do produto social poderia garantir a efetiva incorporação dos miseráveis e excluídos do passado e do futuro, não exclusivamente através do Estado como no fordismo, mas através da redução da jornada de trabalho e do

---

<sup>21</sup> Como colocados por Piore, M.J. e Sabel, C.F., op. cit., Boyer, R., op. cit., Leborgne, D. e Lipietz, A., op. cit. e Leite, M. de P. e Silva, R. A. da, *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*, Ed. Iglu, São Paulo, 1991.

desenvolvimento de ocupações úteis do ponto de vista social, ainda que diferentes do trabalho em seu sentido tradicional (assalariado).<sup>22</sup>

Isto implicaria em um compromisso implícito ou explícito que assegurasse novos parâmetros de funcionamento ao emprego e aos salários com o efetivo reconhecimento da livre negociação coletiva.

A negociação seria realizada através de contratos coletivos articulados em diferentes níveis econômico-geográficos e de participação dos interlocutores. Ela assumiria tanto as formas basicamente centralizadas do fordismo quanto formas mais descentralizadas.

Ter-se-ia, por um lado, contratos coletivos centralizados nacionalmente<sup>23</sup> com a participação do governo, das organizações nacionais de empresários e as centrais de trabalhadores. Seu objetivo seria a redefinição das condições mínimas do emprego e salário em seu sentido mais amplo<sup>24</sup>, organização do mercado externo de trabalho e estabelecimento de parâmetros/objetivos gerais de repartição do produto, de maneira a assegurar a indispensável elevação da participação econômica e social dos excluídos e a redução da heterogeneidade, verdadeiro caldo de cultivo do corporativismo e do autoritarismo.

Neste nível se negociariam os objetivos gerais (Ex.: elevação da participação dos rendimentos do trabalho, redução da jornada de trabalho, apoio ao desenvolvimento do trabalho livre e de novas ocupações sociais e definição de parâmetros para as políticas industrial e tributária, agrícola e fundiária, de educação e treinamento,<sup>25</sup> saúde, etc.) e os instrumentos relativos ao emprego (criação de um efetivo seguro/salário desemprego, níveis de estabilidade e flexibilidade, jornada de trabalho máxima, etc.) e aos salários

---

<sup>22</sup> Como, por exemplo, o trabalho doméstico e atividades autônomas. Ver Schaff, A., op.cit. e Gorz, A., op.cit.

<sup>23</sup> A unificação das bases de dados seria um passo inegavelmente importante para a viabilização de negociações coletivas nacionais. Outros passos serão também necessários, dentre eles a reformulação do papel anacrônico da Justiça do Trabalho no processo de negociações coletivas. A este respeito, ver o artigo de Camargo, J. M., "Da Justiça do Trabalho à arbitragem" in *Folha de São Paulo*, SP, 26.02.1991.

<sup>24</sup> A mais completa liberdade patronal no referente ao emprego e salários, caracteriza uma total "flexibilidade" destes elementos no Brasil. Além de gerar uma verdadeira lei da selva, onde o emprego torna-se descartável e o salário só é visto como custo, estas condições tem imposto ao movimento sindical uma dinâmica corporativo/defensiva que se agudiza em situações de crise, como a vivida pelo país há mais de uma década. A este respeito ver Mattoso, J. E. e Oliveira, M. A., op. cit.

<sup>25</sup> Lembremos apenas que as novas exigências educacionais, de treinamento e reciclagem permanentes introduzidas pela Terceira Revolução Industrial eliminam a possibilidade de que países como o Brasil, com baixos níveis de escolaridade, venham a alcançar algum sucesso em relançar a sua indústria em novos padrões.

(incorporação dos ganhos de produtividade aos salários e à jornada de trabalho, as formas de reajustes, a elevação do salário mínimo<sup>26</sup>, etc.). É neste nível que se daria o *locus* privilegiado de constituição do compromisso social visando um novo padrão de industrialização e desenvolvimento.

No entanto, os contratos coletivos também se dariam em outros níveis (por região, setores, ramos, firmas, etc.) mas necessariamente articulados com a negociação nacional. Assim, ao mesmo tempo em que se favoreceria a organização de mercados de trabalho internos às firmas se estaria também assegurando uma melhor organização do próprio mercado de trabalho externo e evitando o surgimento ou consolidação de "ilhas" e/ou de uma maior heterogeneidade. Neste caso a participação nas negociações seria composta basicamente pelas organizações empresariais e de trabalhadores de cada nível, sem a participação do Estado. Seu objetivo seria definir em mais detalhe as condições de emprego e salário,<sup>27</sup> reconhecendo a heterogeneidade existente, a crescente flexibilidade de máquinas, equipamentos e organização da produção e, sobretudo, tratar-se do *locus* privilegiado da redefinição do engajamento e participação da força de trabalho nas decisões referentes ao processo produtivo e às relações de trabalho.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> Em outros artigos desenvolvi análises sobre o salário mínimo, alternativas de políticas e distribuição da renda. Ver "O Mínimo Salário Mínimo", *São Paulo em Perspectiva*, 2(3):26-32, julho-setembro de 1988; "O Piso do Porão", *Revista Teoria e Debate*, (4), SP, 1988 e (em colaboração) "Distribuição da Renda e Redução das Desigualdades: Política de Rendas e Governo democrático e Popular" in Weffort, F.C. (org.) PT - *Um Projeto para o Brasil*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989.

<sup>27</sup> No plano dos salários, por exemplo, se poderia tanto buscar formas de indexação parciais e/ou diferenciadas acopladas aos diferentes níveis da negociação (nacional, regional, setor, ramo ou empresa) e dos salários (sempre que assegurada uma política de valorização do salário mínimo), quanto formas de repassar diferenciadamente os ganhos de produtividade (parte diretamente para os salários, parte via redução da jornada).

<sup>28</sup> A experiência brasileira até agora vem combinando inovação tecnológica - quando é o caso - com práticas conservadoras de gestão da mão-de-obra que obstaculizam uma organização do trabalho mais participativa. Ver Leite, M. de P. e Silva, R. A. da, op. cit.